

Artigo recebido em:
27.06.2018

Aprovado em:
16.11.2018

Contribuições da hermenêutica de Paul Ricoeur para uma teoria da narratividade jornalística¹

Leandro Rodrigues
Lage

Leandro Rodrigues Lage

Doutor em Comunicação
pela Universidade
Federal de Minas
Gerais (UFMG). Mestre
em Comunicação
e Especialista em
Comunicação: Imagens
e Culturas Midiáticas
pela mesma instituição.
Professor do Programa
de Pós-Graduação
em Comunicação,
Linguagens e
Cultura (PPGCLC)
da Universidade da
Amazônia (Unama).

E-mail: leandrorlage@
gmail.com

¹Uma versão preliminar
deste artigo foi apresen-
tada no 15º Encontro
Nacional de Pesquisas
em Jornalismo
(SBPJor), em 2017.

Estudos em Jornalismo e Mídia
Vol. 15 Nº 2
Julho a Dezembro de 2018
ISSNe 1984-6924

Resumo

O objetivo do texto é explorar a dimensão narrativa do fazer jornalístico a partir das contribuições teóricas da hermenêutica narrativa de P. Ricoeur. Trata-se de um ensaio teórico, no qual, busca-se abordar a noção de narrativa jornalística à luz da operação mediadora da narração, que se desenvolve entre a experiência dos acontecimentos e os processos de leitura e interpretação, por meio da configuração de um enredo ou intriga. A linha argumentativa tensiona pelo menos três percepções sobre o caráter narrativo do jornalismo: a de que tal dimensão narrativa do fazer jornalístico se ancora no fato de que é intrínseco a esta instância social a atividade de contar histórias; a defesa da narrativa jornalística como espécie de modalidade, gênero ou estrutura textual e discursiva; e a de que a qualidade narrativa do jornalismo ameaça a construção das relações de referencialidade com os acontecimentos, orientadas pelo ideal da objetividade.

Palavras-chave: Jornalismo. Narrativa. Paul Ricoeur. Acontecimento.

Contributions of Paul Ricoeur's hermeneutics to a theory of journalistic narrativity

Abstract

The purpose of this paper is to explore the narrative dimension of journalism based on the theoretical contributions of P. Ricoeur's narrative hermeneutics. It is a theoretical essay in which the notion of journalistic narrative is approached in the light of the mediating operation of narration, developed between the experience of the events and the processes of reading and interpretation, through the entangling of a plot or in-trigue. The argumentative line stresses at least three perceptions about the narrative character of journalism: first, that the narrative dimension of journalism is linked to the journalistic activity of storytelling; second, the defense of the journalistic narrative as a kind of modality, genre or textual and discursive structure; third, that the narrative quality of journalism threatens the construction of relations of referentiality with events, guided by the ideal of objectivity.

Keywords: Journalism. Narrative. Paul Ricoeur. Event.

A abordagem do jornalismo pelo viés das narrativas requer o enfrentamento e a superação de pelo menos dois obstáculos. O primeiro deriva do próprio campo profissional, no qual os jornalistas costumam, paradoxalmente, negar a qualidade narrativa de seus relatos e tratá-los como “registros do real” – sem problematizar a noção de real como algo fixo e pré-existente, ou certa percepção sobre a linguagem como mecanismo eticamente neutro e transparente. A exceção, dentro dessa lógica, geralmente, é aberta às reportagens, “casos à parte” em que seria permitida uma espécie de postura narrativa por parte daqueles que reportam. E, mesmo assim, com a ressalva de que, a despeito das possibilidades narrativas, a história está sempre a serviço dos imperativos da objetividade e da veracidade. O segundo constrangimento advém de teóricos da própria narratividade literária, para os quais é difícil conceber o trabalho jornalístico como um labor narrativo, criativo, imaginativo, e suas histórias como legítimas narrativas, configurações poéticas da experiência.

Os estudos em jornalismo passaram a se preocupar mais expressivamente com uma abordagem narrativa a partir da década de 1980 (BIRD; DARDENNE, 2009). Antes disso, as questões sobre a dimensão narrativa do trabalho jornalístico apareciam episodicamente nos relatos de jornalistas sobre experiências profissionais. É conhecido o ensaio em que o historiador R. Darnton (1975) ironiza o trabalho de correspondentes estrangeiros, que, naquele contexto, raramente, falam a língua nativa dos países em que trabalham: “[...] esse *handicap* não lhes dói, se eles têm um faro para a notícia, eles não precisam de língua ou ouvidos; eles trazem mais para os acontecimentos que cobrem do que levam deles” (DARNTON, 1975, p. 192, tradução nossa). Tomar os relatos jornalísticos como narrativas enfrenta, desde cedo, a desconfiança de que, ao narrar, “traz-se mais para os acontecimentos” do que o que efetivamente lhes pertence. Além de a narratividade ter demorado a se constituir como problema no âmbito dos estudos sobre jornalismo, a narração, por seu parentesco com a fabulação, é, geralmente, colocada no lado oposto aos valores canônicos do jornalismo, que interpõem uma rígida divisão entre “fatos” e “histórias”.

O que buscamos, neste ensaio, é discutir a dimensão narrativa do jornalismo, demarcando contribuições ainda pouco exploradas da hermenêutica narrativa, em especial da fenomenologia-hermenêutica de Paul Ricoeur, para compreender certos fenômenos jornalísticos. É importante fazer a ressalva de que tal proposta não consiste em observar somente as convenções narrativas, dividindo, por exemplo, quais tipos de relatos jornalísticos podem, ou não, ser considerados narrativas. Também não é nossa intenção tomar as narrativas jornalísticas como meros relatos de experiências, ou mesmo considerá-las formas discursivas mais ou menos fixas. O objetivo é argumentar, a partir de um ponto de vista essencialmente teórico, em favor da compreensão de que o trabalho jornalístico consiste em operar uma transposição poética da experiência prática, criando esquemas interpretativos dos acontecimentos, das ações dos indivíduos e do mundo em que vivemos.

Do texto à narrativa

A flutuação do problema das narrativas jornalísticas se deve, segundo Resende (2011), à sobredeterminação epistemológica provocada por certo viés hegemônico dos estudos do jornalismo, preocupado em resguardá-lo como instância social privilegiada de enunciação, constrangida pelos valores da objetividade e verdade como axiomas norteadores do trabalho jornalístico diante dos acontecimentos. Noções como as de objetividade, noticiabilidade, verdade, discurso jorna-

lístico, entre outras, detêm certo privilégio nesse campo de estudos, sem falar no lugar cativo de determinados objetos e fenômenos. Essa preferência reflete o que Carvalho (2012) considera ser um “poder de agendamento” que as mídias possuem sobre tais pesquisas, que se deixam influenciar fortemente pelas máximas deontológicas sem questioná-las. Com isso, reforça-se aquele constrangimento de que falamos no início deste texto, relativo a uma resistência ou mesmo descrença em empreender abordagens voltadas à dimensão narrativa do jornalismo.

É importante demarcar, de saída, que a questão da narrativa não está dada *a priori* pelas textualidades midiáticas ou pela obviedade da afirmação de que o trabalho jornalístico consiste, em grande parte, em tecer histórias sobre o cotidiano. Observar analiticamente as narrativas significa, segundo Resende (2011),

reconhecer que é a partir dos usos da linguagem que os problemas devem ser balizados; em um caminho inverso, é desses usos que surgem as perguntas e os dilemas que afetam o jornalismo no contemporâneo. O interesse central, em uma pesquisa desta natureza, é buscar conhecer estratégias e táticas textuais à luz de narrativas que são tanto devedoras de uma referencialidade como portadoras do simbólico (RESENDE, 2011, p. 132).

O autor vê nas narrativas jornalísticas um lugar de problema, sobretudo, porque, a despeito de todas as transformações recentes na prática jornalística e no ambiente midiático, elas continuam ocupando lugar central no trabalho jornalístico, inclusive abrigando novos e antigos dilemas que atingem o jornalismo direta ou indiretamente. A narrativa se mantém, portanto, operadora para a observação e compreensão das “estratégias e táticas” textuais, especialmente, no que revelam sobre as normas e valores éticos – e, por isso, culturais, sociais, políticos etc. – que regulam esse trabalho narrativo. A preocupação com a referencialidade, nesse sentido, ganha outra abordagem, em que já não está em jogo uma expectativa de correspondência, verossimilhança ou objetividade, mas sim o jogo narrativo e a construção de relações de referencialidade, como veremos adiante.

Há uma ressalva que nos parece determinante para levar a cabo uma abordagem do jornalismo pelo viés das narrativas. Trata-se da manutenção da problemática no nível textual, e sem esclarecer o alcance desse aspecto, isto é, sem apontar para o conjunto de textualidades que abrigam o problema da narrativa. Embora a narrativa se apresente como outra maneira de apreender a *práxis* jornalística, o caminho que nos parece questionável é entendê-la somente à luz de uma dimensão linguístico-textual, o que tende a privilegiar o aspecto representacional das narrativas jornalísticas, mantendo em segundo plano um nível pragmático, relativo ao próprio gesto de tecer histórias, enredando acontecimentos, personagens, ações, circunstâncias, causas e motivos em intrigas que habitam nossa experiência cotidiana.

Como afirma Motta (2004), a abordagem narrativa requer que ela seja tomada não apenas como *estrutura* significativa na qual estão inscritas estratégias textuais e valores que a regulam, mas como operação de *mediação*, de modelização de nossa experiência prática, parte de um contexto cultural que ajuda a constituir. Para o autor,

A força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria menos nas qualidades narrativas intrínsecas do texto das notícias e reportagens ou no confronto entre o estilo descritivo e o narrativo, mas principalmente no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético (ou intratemporal) pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura. Uma trilha que põe a narrativa no campo dos atos de fala e das relações pragmáticas (MOTTA, 2004, p. 11).

Nesse sentido, a estrutura narrativa dá lugar a uma abordagem segundo a qual, em seu trabalho de representar, as narrativas jornalísticas são constituídas em realidades culturais e relações sociais específicas, carregando as marcas desse “mundo temporal ético”, isto é, de nossa experiência social cotidiana, ao mesmo tempo em que integram essa mesma experiência como parte de fenômenos comunicacionais. Como argumenta Carvalho (2010, p. 13), os acontecimentos trazidos à tona pelo jornalismo “trazem a marca de um mundo prefigurado, mediados pela configuração dos narradores jornalísticos, mas somente adquirindo sentido pleno, embora não necessariamente unívoco, a partir das múltiplas leituras de que são objeto”. Com isso, os relatos jornalísticos – e não somente noticiosos – caracterizam-se como tais porque se inscrevem numa dinâmica de sentidos da qual fazem parte narradores e leitores histórica e socialmente situados e unidos pelo compartilhamento da experiência da narração em suas dimensões de tessitura e leitura, num pano de fundo ético.

Uma vez inscritas numa realidade social e cultural específica e tomadas como parte de uma dinâmica comunicativa em que o texto cumpre um papel mediador entre uma instância de escrita e outra de leitura, as narrativas jornalísticas se apresentam como lugares de problema porque enredam e contam o ordinário e o extraordinário do cotidiano social. Ao fazerem-no, ajudam-nos a conhecer e compreender o curso dos acontecimentos que se produzem, das ações humanas levadas adiante, das peripécias da vida em sociedade, tornando-se parte dessa complexa teia de relações e jogos que conformam a experiência coletiva. Nesse sentido, a narração jornalística (tessitura e leitura, composição e interpretação) transforma nossa aventura em histórias que podem ser lidas e relidas, ao mesmo tempo em que integra essa mesma aventura.

Dessa maneira, em complemento ao interesse pelas estratégias e táticas textuais, pertinente na medida em que as narrativas jornalísticas se veem sempre compelidas a adquirir legitimidade e credibilidade se revestindo de uma aparência objetiva, uma observação analítica das narrativas jornalísticas, também, teria como possibilidades um enfoque tanto nas marcas culturais evidenciadas pelos relatos, ancorados no que determinados autores chamam de prefiguração ou pré-compreensão do mundo prático, quanto nos processos interpretativos e estéticos implicados na refiguração dessas narrativas enquanto operações postas em funcionamento pelo gesto de leitura.

Contribuições da hermenêutica narrativa

São relativamente recentes os esforços empreendidos no sentido de observar as narrativas midiáticas, especialmente as jornalísticas, por meio de uma *dé-marche* hermenêutica (ARQUEMBOURG, 2003; 2011; MOTTA, 2004; RESENDE, 2011; CARVALHO, 2010; CASADEI, 2010; LEAL, 2013). Por esse motivo, sistematizaremos os fundamentos teóricos dessa visada, para, em seguida, evocar contribuições que nos apontam caminhos profícuos para adotá-la em nossa argumentação sobre as narrativas jornalísticas.

Para P. Ricoeur (2006; 2010a; 2010b; 2010c; 2012), a atividade de narrar consiste, sobretudo, numa operação de síntese do caráter temporal da experiência. Trata-se de uma dinâmica organizadora da experiência humana, tornando-a compreensível e partilhável. Sob essa perspectiva, a narrativa assume o lugar de instância linguageira mediadora da experiência - entendimento mais abrangente, portanto, que aquele proposto por uma visão estritamente semiótica, discursiva, estrutural e mesmo narratológica.

O longo caminho trilhado por P. Ricoeur nos três volumes de *Tempo e Narrativa* (2010a, 2010b, 2010c) se inicia com a conciliação que o filósofo busca fazer entre as questões suscitadas pelas *Confissões*, de Santo Agostinho, acerca da inescrutabilidade do tempo (Que é, pois, o tempo, se o passado já foi, se o presente é passageiro e se o futuro ainda não é?) e das reflexões sobre a narrativa oriundas da *Poética*, de Aristóteles. A narrativa, diz o filósofo francês, dá solução poética às aporias do tempo: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 2010a, p. 93, grifos do autor). Esteados nessa matriz ricoeuriana, esperamos conduzir a discussão sobre as narrativas jornalísticas em direção às ideias de narratividade e experiência, tomando-as como referência para um entendimento que privilegie o narrar como atividade de dar sentido à vida e aos acontecimentos a partir do que Nunes (1988) chama de “transusão poética da realidade”.

A base da hermenêutica narrativa de P. Ricoeur é constituída, principalmente, pela interpretação que o filósofo dá aos conceitos aristotélicos de tessitura da intriga (*mise en intrigue*) e de mimese, presentes na *Poética* – num cotejamento desses conceitos às aporias do tempo presentes nas *Confissões*, de Santo Agostinho. A tessitura da intriga corresponde ao “agenciamento dos fatos em sistema”, operação pela qual se empreende uma “síntese do heterogêneo”, integrando fatos temporalmente dispersos na totalidade de uma história. Trata-se, portanto, de uma atividade, e não uma estrutura (RICOEUR, 2010a, p. 59). Ancorado nos pressupostos fenomenológicos que guiaram seu percurso filosófico até a abordagem da narratividade, iniciada ainda no final da década de 1970, Ricoeur compreende o sistema em sua necessária remissão a uma atividade configuradora. Daí porque a intriga ou a composição da intriga se torna a dimensão de ato da mimese, entendida como representação da experiência prática.

Para entender a mimese, Ricoeur se afasta de uma concepção platônica segundo a qual o termo remete à imitação das coisas no sentido da falsificação. Para Aristóteles, argumenta o filósofo francês, a atividade mimética indica uma imitação, mas uma imitação criativa e criadora, porque produz algo novo, isto é, produz o agenciamento dos fatos pela composição da intriga.

A tessitura da intriga, par complementar à mimese, é o que faz concordar a experiência humana (com seus agentes, ações e circunstâncias) na medida em que substitui o ordenamento temporal da experiência pelo tempo da história. A sucessão de ações e acontecimentos dá lugar à configuração poética, à literariedade. Desse modo, o par *mimesis-mythos* não designa estrutura, gênero, modalidade ou forma de narrar, mas um esquema amplo e dinâmico de compreensão da práxis humana. Nas palavras de Ricoeur: “a *Poética* contém a *poiesis* do poema; dito de outra forma, diz mais sobre a estruturação que sobre a estrutura; e assim fazemos justiça à intenção de Aristóteles ao falar de pôr-em-intriga” (2012, p. 303). O caráter dinâmico da narrativa é levado pelo filósofo às últimas consequências, de modo a submeter a estrutura à sua lógica ativa e transformadora.

Narrar é, para Ricoeur, empreender uma atividade mimética, operar uma “transusão poética da realidade”, via composição da intriga. E a atividade configuradora, a organização dos fatos numa história, tem como corolário o estabelecimento de uma forma de compreensão da experiência. Aparece aí o que o autor chama de compreensão narrativa, o nexos elementar que se estabelece entre os componentes conjugados pela tessitura da intriga. Antes de falarmos em convenções ou modos de compor intrigas, referimo-nos à coerência necessária à intriga enquanto operação de “tomar juntamente” (*prendre ensemble*) ações, personagens e acontecimentos no curso de uma mesma história.

Uma característica da mimesis seria visar o *mýthos*, não seu caráter de fábula, mas seu caráter de coerência. Seu “fazer” seria logo de partida um “fazer” universalizante. Todo o problema do *Verstehen* [compreensão] narrativo está contido aqui em germe. Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico (RICOEUR, 2010a, p. 74).

O encadeamento pressuposto pela tessitura da intriga deve ser coerente, porque a intriga pressupõe concordância entre o que é inicialmente discordante. Por esse motivo, tecer uma intriga é fazer surgir o inteligível, o universal, o necessário e o verossímil do que é disperso, acidental, irregular e episódico. Assim, o poeta, no sentido da *poiesis*, é entendido como aquele que imita ações e acontecimentos pela via da composição da intriga: trata-se de um fazer universal, não estando em questão se as ações e acontecimentos organizados no curso de uma história são acontecimentos e ações que efetivamente ocorreram – caso das narrativas históricas trabalhadas por Ricoeur, mas, também, das narrativas jornalísticas com as quais nos propomos trabalhar. Não sendo estrutura, e sim operação estruturante, a intriga é parte integrante de qualquer gesto poético, precisamente porque instaura o “como-se”, a literariedade, uma transfusão mediada pela linguagem.

Antes de concluirmos nosso excursus sobre a *mise en intrigue* ricoeuriana é necessário fazermos duas ressalvas. A primeira diz respeito, precisamente, à dialética da concordância/discordância na qual está inscrita essa definição de narrativa. É o próprio filósofo quem abre um parêntese sobre esse caráter definidor da narrativa: “A composição da intriga nunca é o mero triunfo da ‘ordem’” (RICOEUR, 2010a, p. 126). Assim, nem o tempo da narrativa é somente concordante, nem o tempo da experiência é sempre discordante. A segunda ressalva aponta para o fato de que a relação entre mimese e intriga não esgota o sentido da expressão *mimesis práxeos*, isto é, da representação criativa ou da transposição poética da experiência prática. Como argumenta Ricoeur (2010a), o termo *práxis* é correlato tanto ao domínio do real, desenvolvido pela ética, quanto ao domínio imaginário, desenvolvido pela poética. A consequência dessa dupla equivalência é o entendimento de que a mimese estabelece não apenas um corte entre a experiência prática e a configuração narrativa, mas uma ligação. Afinal, o que a poética transforma em poema (no sentido abrangente do conceito) são o agir e o sofrer dos homens. Para que haja transposição, é necessário considerar um antes da composição da intriga.

A dimensão mediadora da narração

Para superar o privilégio comumente dado à composição da intriga como ponto de partida e de chegada das análises próprias de uma semiótica textual, cujo enfoque recai sobre a exploração das leis internas que regem os textos, Ricoeur (2010a) investe esforços no que considera ser a faculdade de mediação da intriga. Considerar esse aspecto do problema como parte do movimento analítico é, para o autor, a particularidade do gesto hermenêutico:

[...] é tarefa da hermenêutica reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra se destaca do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada por um autor a um leitor que a recebe e assim muda seu agir. Para uma semiótica, o único conceito operatório continua sendo o do texto literário. Uma hermenêutica, em contrapartida, preocupa-se em reconstruir todo o arco das operações mediante as quais a experiência prática dá a si mesma obras, autores e leitores (RICOEUR, 2010a, p. 95).

A questão interposta diz respeito, então, ao processo pelo qual a configu-

ração de um texto faz a mediação entre uma prefiguração da experiência prática e a refiguração pela experiência de leitura. Desse modo, o processo mimético se subdivide analiticamente em três estágios relativamente autônomos, aos quais o filósofo dá o nome de mimese I ou prefiguração, mimese II ou configuração e mimese III ou refiguração. Falamos em autonomia relativa porque, embora digam respeito a aspectos distintos da narrativa, as três fases da mimese possuem um encadeamento e só se efetivam quando operadas em conjunto, sendo acionadas pela atividade de leitura.

O próprio filósofo reconhece que o modelo da tripla mimese supõe uma circularidade da narrativa, em que o mundo prático, isto é, o “fundo opaco do viver”, fornece as condições para o desenrolar da atividade configuradora, que, por sua vez, é posta em funcionamento pela ação refiguradora, de onde, no limite, novos sentidos são reconduzidos à experiência prática para que o ciclo recomece. Contudo, é no mesmo movimento de reconhecer a circularidade que Ricoeur (2010a) faz a ressalva de que não se trata de uma tautologia morta, mas de um círculo virtuoso.

Por mimese I o filósofo entende o estágio fundamental do processo mimético, o alicerce fornecido pela pré-compreensão que temos do mundo prático, relativa ao domínio da rede conceitual que nos permite agir socialmente, ao caráter culturalmente mediado das ações e ao entendimento de que o agir no mundo é sempre dotado de um caráter temporal. Trata-se, segundo Nunes (1988), de reconhecer o parentesco entre a compreensão prática e a compreensão narrativa, embora não se queira sugerir um apagamento do agir no mundo pelo agir narrativo. Trata-se de ressaltar o agir narrativo como um agir no mundo, e, por outro lado, de reivindicar o papel central da narrativa em nossa experiência prática e social.

Em vez de pensar a mimese I como estágio inicial da tripla mimese, indicando uma linearidade cronológica do processo, é preciso tomá-la antes como fundamento ou pré-condição para os demais estágios. Para Ricoeur (2010a, p. 112), o sentido de mimese I está em perceber que “imitar ou representar a ação é, em primeiro lugar, pré-compreender o que é o agir humano: sua semântica, sua simbólica, sua temporalidade”. É a partir desse esteio que o poeta tem condições de erigir uma intriga e transfigurar o que ocorre no campo prático e cotidiano de nossa experiência para uma instância linguageira, que retorna a esse mesmo campo de ação.

Já tivemos a oportunidade de tratar da operatividade da mimese II ou da tessitura da intriga. Contudo, é preciso reforçar esse aspecto frente a um entendimento comum e limitador do esquema mimético. Como afirma o filósofo Benedito Nunes, “seria um equívoco ver no enredo um modelo puramente formal” (1988, p. 21). Nesse sentido, a intriga só pode corresponder à ideia de texto se estivermos pensando o texto como portador de uma dinâmica mediadora, e não apenas como estrutura *sígnica* formal. Por esse motivo, Ricoeur (2010a) prefere utilizar tessitura da intriga a intriga, e agenciamento em vez de sistema.

A *mise en intrigue* possui função mediadora por três motivos, segundo Ricoeur (2010a): em primeiro lugar, porque faz a mediação entre acontecimentos dispersos em nossa experiência e uma história tomada como um todo, transformando esses acontecimentos em uma história; em segundo, porque inscreve numa única história fatores heterogêneos, como agentes, objetivos, circunstâncias, resultados inesperados etc., sob a dialética da concordância-discordância; e, em terceiro, porque substitui a dimensão episódica das ações e acontecimentos que se produzem em nossa experiência prática por um ordenamento próprio, não necessariamente cronológico – podendo ser contracronológico ou mesmo aleatório.

É necessário complementarmos a justificativa relativa ao caráter dinâmico da tessitura da intriga esclarecendo aquele que seria o terceiro estágio da tripla mimese. Trata-se de mimese III ou da refiguração da narrativa, operação de intersecção entre o mundo projetado pelo texto e o mundo do espectador, ouvinte

ou leitor. Sob o prisma hermenêutico, que recoloca em outros termos o problema da objetividade *versus* subjetividade, da estrutura *versus* o indivíduo, o texto advém do encontro do leitor com um mundo narrativamente configurado, de uma interseção de mundos: o mundo do texto e o mundo do leitor. Ricoeur argumenta em favor da impossibilidade de separação do texto de sua leitura, mas, principalmente, do fato de que tal injunção pressupõe a tessitura de uma intriga, a urdidura de uma história, a configuração de ações e acontecimentos numa escala temporal, que permite ser acompanhada. Para o autor, se o ato de leitura pode ser considerado vetor da capacidade que a narrativa tem de modelizar a experiência “é porque ele retoma e conclui o ato configurante, cujo parentesco com o juízo que compreende – que ‘toma juntamente’ – a diversidade da ação na unidade da intriga também sublinhamos” (RICOEUR, 2010a, p. 130-131). A mimese III põe em marcha o próprio ato configurante do texto, isto é, a organização que ele dá às ações e acontecimentos no curso de uma história.

A leitura está no texto, nesse sentido, à montante e à jusante. Por um lado, a própria escritura do texto antecipa as leituras por vir. Por outro, “o texto que supostamente prescreve a leitura é afetado pela mesma indeterminação e pela mesma incerteza que as leituras porvir” (RICOEUR, 2010c, p. 183). A tessitura de uma intriga, a existência de uma trama, de ações e acontecimentos enredados no curso de uma história contada e lida se torna, assim, espécie de paradigma para a apreensão do texto de um ponto de vista analítico, isto é, como caminho possível em direção a essa concepção menos formal de texto, considerando-o em suas diversas formas e relações, formando uma rede cujas conexões são orientadas pelo percurso da narrativa que se desenha no encontro com o leitor. Ao contrário do que se pode pensar, mimese III não apenas não fecha o círculo mimético à maneira de um desfecho como se torna a força motriz do processo mimético na forma espiralada.

Da hermenêutica narrativa à narrativa jornalística

O círculo hermenêutico de Ricoeur (1998) se propõe um modelo abrangente que se define pela dinâmica com que apreende diferentes processos da *práxis* humana. Dessa maneira, embora não esteja preocupado com as imediatas correspondências empíricas de sua argumentação, o filósofo acaba autorizando a apropriação desse esquema conceitual em outros campos pela própria amplitude que lhe confere. Enquanto modalidade de ação voltada à compreensão da experiência, a narrativa ganha um matiz abstrato sem perder suas propriedades pragmáticas. E, como afirma Ricoeur, passa a significar mais um processo do que um “modo”.

É com base nesse alargamento conceitual que diversos autores vêm trabalhando na esteira da hermenêutica narrativa para abordar o jornalismo a partir de suas narrativas (ARQUEMBOURG, 2003; 2011; MOTTA, 2004; RESENDE, 2011; CARVALHO, 2010; CASADEI, 2010; LEAL, 2013). Diante do argumento fundamental de que narrar é dar sentido ao mundo, e considerando toda a complexidade de relações éticas, poéticas e estéticas que imantam o ato narrativo, concordamos com Carvalho (2010) quando argumenta que o modelo ricoeuriano se mostra profícuo para o estabelecimento de uma compreensão da dimensão narrativa do jornalismo. Segundo o autor, “não nos parece inadequado dizer que a tríplice mimese constitui, por excelência, o processo de mediação que o jornalismo, a partir das suas narrativas, estabelece com o conjunto social” (CARVALHO, 2010, p. 12).

É importante perceber que a defesa do caráter narrativo do jornalismo já não está assentada no fato de que é intrínseco a esta instância social a atividade de contar histórias. Trata-se de perceber o caráter de mediação do jornalismo, naquilo que opera em relação aos acontecimentos que se produzem na experiência social e

nos são diariamente narrados, ajudando a conformar nossa visão sobre eles e sobre o mundo que nos cerca. Acerca deste processo, podemos ir ainda mais fundo: as narrativas jornalísticas são ainda mediadoras porque partem de esquemas conceituais gerais e restritos sobre a experiência cotidiana para configurarem histórias sobre acontecimentos e peripécias do social que são continuamente refiguradas por comunidades leitoras que habitam esse mesmo mundo prático transfigurado poeticamente.

Segundo Arquembourg (2011), a despeito da peculiaridade estrutural da narrativa midiática, resultante de seu caráter fragmentário e diacrônico, esse conjunto de narrativas pode ser observado à luz dessa abordagem teórica da hermenêutica porque, entre outros motivos, também se confronta com a dialética da concordância/discordância intrínseca à *mise en intrigue* enquanto parte da operação de transfusão poética da experiência prática. Frente à discordância do que se produz no cotidiano social, tais narrativas agem configurando sucessiva e fragmentariamente o que ocorre, numa profusão de histórias que buscam dar sentidos às ações e acontecimentos que atravessam nossa experiência individual e coletiva. É necessário acrescentar que a força narrativa desses relatos reside no fato de que essa atividade possui uma ancoragem ética, partindo de um conjunto extenso de saberes e valores oriundos tanto das regras profissionais quanto de convenções sociais, e de que tal processo é ativado pela experiência de leitura, também, relativa à formação de uma comunidade leitora responsável por refigurar e pôr em circulação os sentidos produzidos no curso dessa atividade narrativa e comunicativa.

Esses pressupostos nos autorizam a tratar de uma “poética jornalística”? Arquembourg (2011) faz uma importante observação sobre esse aspecto, ressaltando a necessidade de evitar respostas positivas ou negativas demasiado precipitadas, mesmo porque não se trata de uma prova dos nove a uma aplicação conceitual, mas sim um exercício de observação repleto de tensões. Para essa autora, a aplicação da hermenêutica narrativa à narratividade midiática abre a questão acerca da possibilidade de qualificarmos esse conjunto de relatos como narrativas. “Incabadas, esquivas, desprovidas de autoria, sempre ameaçadas pela discordância, essas tessituras de intriga não coincidem completamente com a definição de uma narrativa concebida como uma totalidade configurada” (ARQUEMBOURG, 2011, p. 48, tradução nossa). A questão que persiste, para esta autora, não é a de uma impossibilidade, mas do clareamento das condições segundo as quais podemos tomá-las como narrativas. Por esse motivo, Arquembourg (2011, p. 48) defende que a narratividade midiática nos leva “aos limites da narrativa”.

Considerações finais

O que se propõe, com essa abordagem via hermenêutica narrativa, é o escrutínio do jornalismo enquanto instância operadora de um processo mimético que requer maior observação de todos os seus estágios, seja no nível da prefiguração do campo prático (com a exploração de um vasto horizonte axiológico que semeia o terreno onde se erigirá a intriga), seja no âmbito da configuração (com o desvelamento dos esquemas causais, das regras que governam a disposição dos elementos composicionais), e seja na atividade de refiguração (com sua temporalidade particular, seus constrangimentos e mecanismos específicos). É seguindo esse percurso de questionamentos, alguns revelados e outros ainda em aberto, que acreditamos ser possível tratar de uma poética jornalística, ainda que estejamos caminhando rente aos limites da narrativa.

Como afirma Motta (2004),

O jornalismo conta continuamente as histórias dos nossos heróis, nossas batalhas e conquistas, nossas derrotas e frustrações. O mundo do jornalismo é o mundo da tragédia e da comédia humanas. Como atividade mimética, é sobre esse pano de fundo da cultura e do tempo humanos, com todas as suas fortunas e infortúnios, paradoxos e ordenações, que o jornalista trabalha, e no qual ele se encontra com seus leitores ou ouvintes. Nesses termos, podemos falar de uma poética e de uma narrativa jornalística, assim como falamos em uma poética e uma narrativa literária (MOTTA, 2004, p. 15-16).

Encontra-se, nesse cotejamento com a narrativa literária, uma consonância para além daquela colocada pelas teorias do jornalismo que começaram a se preocupar com o caráter narrativo do jornalismo: o parentesco desses gestos narrativos está precisamente no nível da poética, e não apenas da poesia. Se, como afirma Ricoeur, as narrativas transpõem em poema o agir e o padecer humanos, ganha ênfase a afirmação de que o mundo dos jornalistas é o mundo da tragédia e da comédia – e também do drama – humanas. A narrativa se torna aquele gênero universal, gesto compreensivo sobre nossa experiência invocado a todo o momento – e não apenas próprio de um universo artístico. É por esse motivo que a poética, aqui, só poderia dizer respeito à *poiesis*, verbo de ação seguido pela terminação *-sis*, que, em grego, sublinha o caráter dinâmico e processual da palavra, que “é identificada, sem maiores formalidades, à arte de ‘compôr as intrigas’” (RICOEUR, 2010a, p. 59).

REFERÊNCIAS

ARQUEMBOURG, J. **Le temps des événements médiatiques**. Bruxelles: De Boeck, 2003.

ARQUEMBOURG, J. **L'événement et les médias**. Les récits médiatiques des tsunamis et le débat publics. Paris: Archives Contemporaines, 2011.

BIRD, E; DARDENNE, R. Rethinking news and myth as story-telling. In: WAHL-JORGENSEN, K; HANITZSCH, T. **The Handbook of Journalism Studies**. London: Routledge, 2009, p. 205–217.

CARVALHO, C. A. A tríplice mimese de Paul Ricouer como fundamento para o processo de mediação jornalística. In: XIX Encontro da Compós, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XIX Encontro Anual da Compós**. Rio de Janeiro: Compós/PUC Rio, 2010. v. 01. p. 01-13.

CARVALHO, C. A. Algumas reflexões sobre a dimensão epistemológica do jornalismo. In: CARVALHO, C. A.; BRUCK, M. S. **Jornalismo: cenários e encenações**. São Paulo: Intermeios, 2012, p. 17-26.

CASADEI, E. B. A Construção de Personagens no Jornalismo: entre a matriz de verdade presumida e a imaginação das urdiduras de enredo. **Ciberlegenda**, v. 1, p. 77-91, 2010.

DARNTON, R. Writing news and telling stories. **Daedalus**, v. 104, n 2, p. 175-194, 1975.

LEAL, B. S. Jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. (Org.). **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013, v. 1, p. 25-48.

MOTTA, L. G. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **E-Compós**, n. 1, v. 1, p. 1-26, 2004.

NUNES, B. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: PRADO JR., B.; PESSANHA, J. A.; NEVES, L. F. B. et ali. **Narrativa**: ficção e história. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

RESENDE, F. A. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: SILVA, G.; KÜNSCH, D.; BERGER, C.; ALBUQUERQUE, A. (Org.). **Jornalismo Contemporâneo**: figuras, impasses e perspectivas. 1ed. Salvador: Edufba, 2011, v. , p. 119-138.

RICOEUR, P. Architecture et narrativité. **Urbanisme**, 303, nov.-dez., p. 44-51. 1998.

RICOEUR, P. La vida: um relato em busca de narrador. **Ágora – Papéis de Filosofia**, v. 25, n. 2, p. 9-22, 2006.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a configuração do tempo na narrativa de ficção. Tomo II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado. Tomo III. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010c.

RICOEUR, P. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. **Kriterion**, n. 125, Jun., p. 299-310, 2012.